



ABHA
BACIA RIO ARAGUARI

Associação Multissetorial de
Usuários de Recursos Hídricos
da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari.

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

ATO CONVOCATÓRIO ABHA N.º 009/2013

MODALIDADE: COLETA DE PREÇOS

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

RECORRENTE: FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DE UBERABA - FUNEPU

RECORRIDO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO

I - Das preliminares

Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela Recorrente acima citada, devidamente qualificada, através de seu representante legal, CONTRA decisão tomada pela Comissão de Licitação e Julgamento no dia 15 de outubro de 2013, que roga pela exclusão das exigências alusivas à inscrição dos licitantes e da equipe técnica no Conselho de Classe Profissional, bem como a dos critérios de atribuição de notas, dispostos no edital.

Solicita a retratação da Comissão e o envio à autoridade superior para análise.

II - Das formalidades Legais

Impugnação ao Edital interposta pela Recorrente acima citada, devidamente qualificada, através de seu representante legal, a qual embasou o recurso nos termos do artigo 109 da Lei 8666/93.

III - Da alegação da Recorrente

Em resumo, pugna a Recorrente pela exclusão das exigências referentes à inscrição dos licitantes e da equipe técnica no Conselho de Classe Profissional, bem como a dos critérios de atribuição de notas.

Esta é uma apertada síntese da impugnação.

IV - Parecer da Comissão

Assim, passa a Comissão de Licitação e Julgamento, à análise e julgamento das razões apresentadas no Recurso protocolado no dia 17 de outubro de 2013, em face da sua decisão proferida no dia 15 de outubro de 2013.

Registra-se, oportunamente, que as razões apresentadas pela Recorrente mantém grau de compatibilidade com a matéria já exposta nas razões recursais protocolada no dia 01 de outubro de 2013, tendo sido objeto de análise e julgamento por esta Comissão de Licitação e Julgamento.



Pela análise do recurso administrativo, e considerando as razões já expostas anteriormente pela Recorrente, a Comissão resolve manter a decisão proferida no dia 15 de outubro de 2013, reiterando os fatos e fundamentos já expostos, vejamos:

Da inscrição da licitante no Conselho de Classe

Entende a Comissão que a irresignação da Recorrente não é pertinente no sentido de excluir do edital o disposto na alínea 'a' do item 6.15 do Ato Convocatório.

Quanto ao fato do edital exigir registro ou inscrição da Entidade no órgão competente, importante ressaltar que o registro de uma empresa, e a anotação dos profissionais legalmente habilitados dela encarregados, junto aos conselhos competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões (os conselhos), se dá em razão de sua atividade básica, ou em relação àquela pela qual preste serviço a terceiros, nos exatos termos do artigo 1º da Lei n. 6839/80, que dispõe, *in verbis*:

“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades componentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.” (grifos nossos)

Assim, na intenção de evitar afronta ao princípio da legalidade do certame, bem como de manter a vinculação ao Ato Convocatório, a Comissão resolve manter a decisão proferida no dia 15 de outubro de 2013, julgando improcedentes as razões expostas pela Recorrente, em face do pedido da exclusão de sua inscrição no Conselho de Classe, mantendo a exigência contida no Ato Convocatório 009/2013.

Cumpra esclarecer novamente que a inscrição no Conselho de Classe de cada Licitante depende de sua atividade predominante, cabendo à mesma, demonstrar e comprovar com dados idôneos a necessidade, ou não, de inscrição, ficando a cargo da Comissão e demais participantes, em momento posterior, a análise da documentação.

Da inscrição da equipe técnica no Conselho de Classe

De igual forma, entende a Comissão que a irresignação da Recorrente não é pertinente no sentido de excluir do edital o disposto na alínea 'a' do item 6.15 do Ato Convocatório.

Quanto ao fato do edital exigir registro ou inscrição dos profissionais legalmente habilitados dela encarregados, junto aos conselhos competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões (os conselhos), encontra amparo no ordenamento jurídico, nos exatos termos da Lei n. 6.839/80, além das normas específicas de cada Conselho de Classe, regulamentando, assim, o exercício de cada atividade profissional, nos termos da Constituição Federal.

Assim, por força de lei, verifica-se a obrigatoriedade de registro a um conselho dos profissionais legalmente habilitados, nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80. Presume-se como ilegal o exercício de determinada profissão, cujo profissional não esteja inscrito no Conselho de Classe competente.



Por fim cumpre esclarecer que nos termos do artigo 22, inciso I, da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM Nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, impõe claramente o registro ou inscrição no conselho de Classe, vejamos:

“Art. 22 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;”

Assim, na intenção de evitar afronta ao princípio da legalidade do certame, bem como de manter a vinculação ao Ato Convocatório, a Comissão resolve manter a decisão proferida no dia 15 de outubro de 2013, julgando improcedentes as razões expostas pela Recorrente, em face do pedido da exclusão da inscrição da equipe técnica no Conselho de Classe, mantendo a exigência contida no Ato Convocatório 009/2013.

Da vedação ao critério de notas

Entende a Comissão que a irresignação da Recorrente não é pertinente no sentido de excluir do edital o disposto no item 6.14 do Ato Convocatório.

Em decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, entendeu ser possível aplicação de pontuação, vejamos:

“(…)

De mencionar que em recente deliberação, proferida na sessão de 7/2/2007, esta Corte flexibilizou, em parte, seu entendimento sobre o assunto e considerou possível, em licitações do tipo técnica e preço, a atribuição de pontuação progressiva ao número de atestados apresentados pelos licitantes. Nada obstante, entendeu o Colegiado, acompanhando proposta do eminente Ministro-Relator, que o estabelecimento desse critério apenas seria permitido nas hipóteses em que a pontuação atribuída não se mostrasse desarrazoada ou limitadora da competitividade do certame. Além disso, entendeu o Tribunal que a motivação dessa pontuação deveria estar expressa no edital (Acórdão 126/2007 - Plenário).” Acórdão nº 273/2007 – Plenário

Observa que a pontuação está expressamente no edital, tornando público e notório para todos os participantes.

Inclusive as pontuações não se mostram desarrazoadas ou limitadoras da competitividade, visto que, todas as empresas que despertem interesse na participação não estão vedadas, devendo, caso queiram ser pontuadas, que apresentem as condições para cumprimento do descrito no Anexo II do Edital.

Abaixo transcrito julgados do Tribunal de Contas da União, no sentido de incluir nos editais, onde envolvem Técnica e Preço, critérios de notas, assim, vejamos:

“Estude a viabilidade de incluir nos editais de licitação do tipo técnica e preço ou somente técnica, critérios para graduação das notas que permitam escalonamento de pontuação, de forma a tornar o menos subjetivo e o mais equânime possível o julgamento das propostas, em



observância ao disposto no caput do art. 3º da lei 8.666/1993." Acórdão 222/2005 Plenário

"Consigne nas licitações tipo técnica e preço para aquisição e/ou contratação de bens e serviços de informática a justificativa para exclusão de até dois fatores de pontuação técnica, conforme exige o Decreto nº 1.070/94, art. 3º, § 1º." Acórdão 838/2004 Plenário

No mesmo sentido, citamos julgados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no sentido de ser aceito critério de pontuação, vejamos;

Denúncia. Exigência de Certificado ISO. "Quanto à exigência de Certificado ISO como critério de pontuação no julgamento das propostas, deverá o Edital ser adequado para que a referida pontuação seja dada à empresa como um todo, apenas uma vez, já que tal Certificado é concedido à empresa após preenchimento de determinados requisitos de qualificação, advertindo a Administração Municipal que o percentual previsto para tal pontuação não poderá ser exagerado, a ponto de, na prática, transformá-lo em critério de desclassificação". (Denúncia n.º 749054. Rel. Conselheiro Eduardo Carone Costa. Sessão do dia 18/09/2008)

"Representação. Licitação para contratação da prestação de serviços de transporte coletivo. "É verdade que o art. 30 da Lei de Licitações, que trata de exigências de habilitação no certame, estabelece, no inciso II, que não se exigirá comprovação de aptidão de desempenho em prazos e quantidades que não sejam compatíveis com o objeto da licitação. Ocorre que, de acordo com o art. 46, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93, os critérios da proposta técnica observarão a capacitação e a experiência do proponente, o que significa dizer que a melhor pontuação advém da maior comprovação de experiência". (Representação n.º 706931. Rel. Conselheiro Moura e Castro. Sessão do dia 19/09/2006)

"Representação. Possibilidade de uso dos itens da habilitação também como critérios de valoração da proposta técnica. 'Acrescento, (...) a esta análise, o texto do art. 46, §1º, inciso I, da Lei de Licitações, que não obsta a forma de pontuação adotada. (...) não há, neste tipo de licitação, oposição legal a que os mesmos itens integrantes da habilitação sejam lançados em uma tabela classificatória [quanto à valoração da técnica], desde que estejam em consonância com o objeto licitado, o que se comprovou [no caso em exame] da análise técnica acostada aos autos". (Representação n.º 712804. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 07/08/2007)

Conforme os julgados citados acima, e, nos termos do artigo 46 da Lei 8.666/93, por tratar do presente Ato Convocatório do tipo TÉCNICA E PREÇO, admissível pelos Tribunais Pátrios adoção de critérios de pontuação.

Ressalta-se, ademais, que os critérios dispostos no Ato Convocatório, estabelecem condições objetivas de manter a competitividade, servindo inclusive como critério de desempate entre as proponentes do certame, conforme item 6.44 do referido Ato.



ABHA
BACIA RIO ARAGUARI

Associação Multissetorial de
Usuários de Recursos Hídricos
da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari.

Assim, na intenção de evitar a afronta ao princípio da legalidade do certame, bem como de manter a vinculação ao Ato Convocatório, a Comissão resolve manter a decisão proferida no dia 15 de outubro de 2013, julgando improcedente a razão exposta pela Recorrente, em face do pedido de exclusão da atribuição de nota, mantendo a exigência contida no Ato Convocatório 009/2013.

V - Da decisão

Isto posto, sem nada mais evocar, a Comissão de Licitação e Julgamento, conhece do recurso interposto, para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a decisão anterior, proferida no dia 15 de outubro de 2013, motivada pelos fundamentos acima expostos, ratificando os termos do Ato Convocatório 009/2013 até a presente data, com os seus respectivos Termos de Retificação devidamente publicados.

Assim, a Comissão de Licitação e Julgamento, decide pelo encaminhamento do presente processo à autoridade superior competente, para sua análise, consideração e julgamento final do Recurso Administrativo em pauta, para posterior comunicado do resultado à Recorrente.

Araguari-MG, 30 de outubro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Mariane Rosa Moura

Presidente da Comissão de Licitação e Julgamento

ANÁLISE DO SUPERIOR HIERÁRQUICO

Diante dos fundamentos expostos na decisão que julgou a impugnação da Recorrente, **FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DE UBERABA - FUNEPU**, nos termos do item 9.4 do Ato Convocatório 009/2013, o signatário, Diretor Presidente Interino, **ratifica** a referida decisão proferida pela Comissão de Licitação e Julgamento, conhecendo do recurso interposto e NEGANDO PROVIMENTO, para que mantenha os termos do Ato Convocatório 009/2013.

Publique-se no site da ABHA - ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI, com encaminhamento da decisão à Recorrente.

Araguari-MG, 30 de outubro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

RONALDO BRANDÃO BARBOSA

Diretor Presidente Interino da ABHA

DE ACORDO:

ORIGINAL ASSINADO

PÉTULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ROGÉRIO MILANI ZANZARINI

OAB/MG – 113.331